



Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa

**Estudo realizado pelo OBERCOM para o ACIME com o apoio da
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia**

**Lisboa
Fevereiro 2003**

Coordenação do estudo

Francisco Rui Cádima

Coordenação executiva

Alexandra Figueiredo

Investigadores

Joana Azevedo
Maria Cotta Alvares
Meghann Ormond
Rita Azevedo
Rita Carvalho

Colaboração

Maria João Taborda
Susana Valente
Vitor Sérgio Ferreira

Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa

**Estudo realizado pelo OBERCOM para o ACIME com o apoio da
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia**

Equipa

Francisco Rui Cádima

Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Director Executivo do Observatório da Comunicação (Obercom)

Alexandra Figueiredo

Investigadora do Observatório da Comunicação (Obercom). Licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Joana Azevedo

Doutoranda em Sociologia na Universidade La Sapienza, Roma

Maria Cotta Alvares

Licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Meghann Ormond

Licenciada em Estudos sobre o Médio Oriente e Geografia Humana pela Universidade do Colorado, EUA

Rita Azevedo

Licenciada em Psicologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Rita Carvalho

Licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Maria João Taborda

Investigadora do Observatório da Comunicação (Obercom). Licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Susana Valente

Investigadora Associada Júnior do Instituto de Ciências Sociais/Observa. Mestre em Sociologia da Comunicação, Cultura e Novas Tecnologias pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Vítor Sérgio Ferreira

Investigador Associado Júnior do Instituto de Ciências Sociais. Doutorando no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. JORNALISMO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO: À PROCURA DE UMA LIGAÇÃO PERDIDA.....	8
2. O LUGAR DO OUTRO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IMIGRAÇÃO	17
3. MASS MEDIA, EFEITOS MEDIÁTICOS E FORMAÇÃO DE OPINIÃO.....	24
4. SITUAÇÃO DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL À DATA DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	26
5. REPRESENTAÇÕES (IMAGENS) DOS IMIGRANTES E DAS MINORIAS ÉTNICAS NA IMPRENSA PORTUGUESA.....	28
6. PRINCIPAIS RESULTADOS	35
CONCLUSÕES.....	52
BIBLIOGRAFIA	57
ÍNDICE DE QUADROS.....	61
ANEXOS	62

Introdução

De um modo geral, os *media* produzem um campo simbólico complexo que institucionaliza normas de conduta, valores, comportamentos, criando uma imagem específica e representações de pessoas colectivas, de comunidades e de cidadãos singulares em função do modo como enunciam acontecimentos, ocorrências ou mesmo pseudo-acontecimentos relativos aos temas/sujeitos referenciados.

Como sistema de representação e atendendo especificamente à sua função social, o facto é que os *media* raramente assumem com a clareza e rigor desejáveis essa sua responsabilidade.

O discurso sensacionalista, a linguagem do espectáculo do real, a actualidade trágica e a catástrofe, o *fait-divers*, a curiosidade e o monstruoso, etc., vão preenchendo o campo narrativo dos *media*, deixando pouco espaço ao rigor, à contextualização e, enfim, ao humano.

Sem dúvida que a comunicação social se deve reencontrar num sistema discursivo em que a ética, a imparcialidade analítica e a virtude civil não soçobrem perante a linguagem da eficácia e as estratégias agressivas de tesouraria.

Através do estudo agora apresentado, o Obercom entende que é com base neste género de investigação e pesquisa que é possível identificar e analisar essa crise do discurso dos *media*, crise que, no fundo, não deixa ver de forma contextualizada, que olha para o social procurando vampirizar o seu próprio objecto.

A procura de uma alternativa ao sistema de representação vigente é complexa e implica todos os actores sociais envolvidos, incluindo o próprio campo de recepção.

Mas é ela que nos interpela em definitivo – e apesar dos seus perigos – é certamente nessa resistência que se encontrará um mais claro espaço de liberdade, de solidariedade e, também, de emancipação que, aliás, deve começar nos próprios *media* antes de chegar a cada um de nós, a cada cidadão em particular.

No presente estudo, os *media* são tomados como uma importante fonte de representações sobre os imigrantes e as minorias étnicas em Portugal, enquanto sistema legitimado na esfera pública e também como local de debate.

Neste sentido, debruçamo-nos sobre a análise do tratamento jornalístico efectuado pela imprensa escrita, nomeadamente nacional e regional, sobre os temas da Imigração e das minorias étnicas.

Do acima descrito e tendo em conta que a cobertura efectuada pelos *media* pode condicionar a percepção do “outro”, que algumas práticas jornalísticas podem contribuir para empobrecer a diversidade multi-étnica e conduzir à intolerância, indicar estratégias políticas mais latas de inclusão ou exclusão das minorias na vida política, influenciar a formação da acção política dominante e enquadrar a compreensão dos vários acontecimentos, pretende-se com o presente estudo :

- A observação das relações entre a estabilidade social e os graus de discriminação e da intolerância da imprensa;
- A observação de estereótipos emergentes e/ou enraizados e preconceitos que orientam a compreensão comum das relações entre “minorias” e “maioria”;
- A observação de padrões e práticas jornalísticas amplamente divulgados que poderão resultar na intolerância e tratamento inviesado de vários temas;

Inicialmente, procurar-se-á identificar os períodos de tempo em que a discussão mediática deste tema está mais em evidência através de uma análise de conteúdo longitudinal.

Seguidamente, procede-se ao mapeamento das várias dimensões da tematização social, política e económica da imigração nos jornais nacionais e regionais, por um lado, através da identificação de temas privilegiados, dos actores individuais e colectivos identificados na agenda mediática (fontes de informação e dos principais temas associados à imigração e minorias étnicas) e através ainda do género jornalístico em que os textos se inserem e das características dos títulos; por outro lado, identificando as grandes áreas temáticas associadas aos conteúdos veiculados pelas notícias nomeadamente no que toca à perspectiva jornalística sobre a integração dos imigrantes e minorias étnicas.

1. Jornalismo, Comunicação e Informação: à procura de uma ligação perdida

«(...) Existe uma espécie de censura que leva a não ser reconhecido que as novas e velhas representações mediáticas do acontecimento e do quotidiano, não fazem mais do que fantasmear e dissimular o real latente, os diferendos e a virtude civil, em troca por um real manifesto e pelas manifestações de superfície de uma realidade construída.»

F. Rui Cádima, *História e Crítica da Comunicação, Século XXI, Lisboa 1996*

«A notícia, tal como surge diariamente, e como é concebida, está em oposição radical à história. De facto, o sistema de ciclos diários ao longo do dia noticioso tende para a abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de 'primeiros planos', em preterição do aprofundamento e do background.»

Philip Schlesinger, in Traquina, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias, 'Estórias'*, Vega, Lisboa, 1993

«O produto jornalístico é essencialmente um produto de uma organização e dos seus constrangimentos.»

Warren Breed in Traquina, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias, 'Estórias'*, Vega, Lisboa, 1993

«Os acontecimentos sociais não são objectos que se encontrariam "algures no real" e de que os *media* nos fariam conhecer as propriedades - eles não existem senão na exacta medida em que os *media* os constroem.»

Eliseo Verón, *Construire l' Événement*, Minuit, 1981

«Hoje, a comunicação serve sobretudo para dissimular a informação»

Anónimo do Século XX

A máxima «ser é ser jornalisticamente percebido» é absolutamente real e obriga, desde logo, não só a procurar não se perder de vista o acontecimento em si mesmo, como a ter presente o processo de mediação da comunicação social.

O que significa – desde logo, também – que narrar o acontecimento é um equívoco porque tem a ver com um certo ponto de vista, que, aliás, provoca em regra uma 'explosão' de acontecimentos a partir de um só facto, como dizia Violette Morin: «L' événement rapporté dans la séquence des actualités est avant tout 'une histoire' sur cet événement lui-même. C'est même dire davantage car s'il est possible de réduire télévisuellement à une 'histoire', conforme à l'attente d'un auditoire, la réalité brute d'un événement, c'est qu'il est possible de forger plusieurs 'histoires' sur le même événement» (V. Morin, 1976: 31).

O jornalista tem assim essa função extremamente específica e complexa de se interpôr no processo de irrupção do acontecimento consciente de que o seu relato, sendo «outro» acontecimento é «o» acontecimento - «la parole devient l'événement même» - como dizia Barthes no seu conhecido artigo sobre Maio de 68: «La parole informative (du reporter) a été si étroitement mêlée à l'événement, à l'opacité même de son présent (il suffit de songer à certaines nuits de barricades), qu'elle était son sens immédiat et consubstantiel, sa façon d'accéder à un intelligible instantané; cela veut dire que, dans les termes de la culture occidentale, où rien ne peut être perçu privé de sens, elle était l'événement même. La distance millénaire entre l'acte et le discours, l'événement et le témoignage, s'est amincie - une nouvelle dimension de l'histoire, liée désormais immédiatement à son discours, est apparue, alors que toute la «science» historique avait au contraire pour tâche de reconnaître cette distance, afin de la contrôler» (Barthes, 1968: 108).

Esta «colagem», esta compressão do tempo na palavra do jornalista, se, em Barthes, foi entendida como uma aproximação entre o acontecimento e o seu testemunho, e, portanto, uma nova dimensão na transparência admitida no trabalho histórico, para os historiadores teve, aparentemente, outras consequências: «...é o próprio acontecimento que, em relação à História tradicional, mudou de natureza, por causa da transformação operada pelos mass-media» (Nora, 1983: 48).

De facto, este novo sistema inflacionário trouxe sobretudo uma mutação radical: se tradicionalmente sempre foram os historiadores a fazer ascender este ou aquele acontecimento à «dignidade histórica», hoje é óbvio que as formas de legitimação são outras, inclusive porque, no limite, a lógica performativa permite aos *media* efectivarem o acto anunciado pelo simples facto de o enunciarem.

O acontecimento em si mesmo tem assim tendência a apagar-se nessa erosão provocada pelo mega-discurso do campo dos *media*. A realidade tem de facto uma natureza essencialmente comunicativa muito embora, paradoxalmente, o desconhecimento das coisas – e do mundo – cresça na razão inversa do desconhecimento de um mundo de coisas que não ascende à galáxia comunicacional. Esse é o problema do que a agenda considera «não-notícia» – é o problema do «não-dito».

No fundo, considerado na globalidade, «o sistema informativo dos *media* fabrica o ininteligível (...) bombardeia-nos com um saber interrogativo, vazio de sentido, que espera de nós o seu significado, nos frustra e nos realiza simultaneamente com a sua evidência perturbadora - se não interviesse uma reflexão do historiador, não passaria, em suma, de um ruído que perturbaria a inteligibilidade do próprio discurso» (Nora, 1977: 253).

O facto é que cada vez mais nos damos conta que o acontecimento mediático é de certo modo um *fait-divers*, não mais órfão da história, mas, antes, um objecto de história privilegiado, um elemento fragmentário, decisivo na própria instabilidade das estruturas e conjunturas, decisivo também, como factor sincrónico, para a recomposição da figura diacrónica e da narrativização do acontecimento.

A noção de acontecimento funcionará assim como ideia do que efectivamente aconteceu, sendo a sua função a de preservar, para além das construções dos jornalistas, a convicção de que alguma coisa efectivamente se produziu para além das mediações. A noção de acontecimento preservará essa convicção, mas apenas isso, porque, de facto, a ideia de um real «em si mesmo» como totalidade a restituir está de há muito desmistificada, veja-se, por exemplo

Benjamin (*Thèses sur la philosophie de l'histoire*): «Le vrai visage de l'histoire s'éloigne au galop. On ne retient du passé que comme une image qui, à l'instant où elle se laisse reconnaître, jette une lueur qui jamais ne se reverra».

No texto «O regresso do acontecimento»¹, Pierre Nora defende que os *media* fazem o acontecimento, sendo este «o maravilhoso das sociedades democráticas»: os *media* «dão ao discurso, à declaração, à conferência de imprensa a solene eficácia do gesto irreversível», e acrescentava: «donde esta impressão de jogo mais verdadeiro do que a realidade, de festa que a sociedade dá a si mesma através do grande acontecimento». Mas não só: os próprios mass media surgem então como

os detentores do monopólio da história, uma vez que a actualidade, deste ponto de vista, não era mais do que o culminar de um novo fenómeno - o acontecimento, conceito por sua vez manipulado pelos historiadores do «instante», ou pelos técnicos do saber prático. A própria história das mentalidades cruza-se necessariamente com a questão do acontecimento numa vertigem crescente, no dizer de Alain Boureau². Mas a grande ferida narcísica da emergência dos *media* neste debate é porventura a questão da mediatização das representações, na medida em que esta mediação contextual elimina a possibilidade de uma representação transparente do real, o que implica que esse «real» não seja nada mais senão, justamente, o próprio contexto de mediação³.

Pierre Nora considerou que o acontecimento em relação à história tradicional havia mudado de natureza devida à transformação operada pelos *media*, criando um sistema de inflação fenomenológica⁴. Foucault entretanto já havia proposto o decompôr do documento e reconhecer as discontinuidades simultaneamente como instrumento e objecto de investigação. O fundamental em Foucault é exactamente a ruptura operada no modo de questionamento do

¹ Pierre Nora, «O regresso do acontecimento», *Fazer História*, Vol. I, Bertrand, Lisboa, pp.

² Alain Boureau, «Propositions pour une histoire restreinte des mentalités», *Annales ESC*, nov. - déc. 1989, n.º 6, pp. 1491-1504.

³ Marika Finlay Pelinski, «Pour une épistémologie de la communication: au-delà de la représentation et vers la pratique», *Communication/Information*, Vol. V. n.º 2/3 pp. 3-34.

⁴ Pierre Nora, «O acontecimento e o historiador do presente», *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, 1983, p. 48.

documento, considerado agora como *monumento*, como se de novo surgisse a rejeição da palavra monumental.

Acima de tudo, Foucault coloca o problema ao nível de um inventário de esquecimentos, o que acaba por conferir ao seu discurso a actualidade da crítica da história do presente e sobretudo do tempo «curto» do jornalista.

A massa documental, os acervos discursivos, são seguidos por Foucault não como um acumular de textos, mas enquanto práticas, nas suas regras intrínsecas, na sua especificidade própria, através de uma complexa análise das modalidades de enunciação e dos contextos, estabelecendo a lei dos sistemas, as regras dessas formações discursivas. Esse conjunto de «práticas», são interpretados em regra como «traços verbais», como formações recorrentes e homogéneas constituindo «o invariante comum» de um conjunto de traços.

No campo da epistemologia da história, e designadamente na perspectiva de uma epistemologia da história dos *media* torna-se essencial reconhecer que é o modo de questionamento do documento, é o trabalho no arquivo e a sua lei, que nos podem conduzir a uma outra forma de apropriação do real. No fundo, tal como defendia Legoff, o documento é o produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.

Perante uma estratégia claramente simulacral, por um lado, e, por outro, pela sua performatividade, pela capacidade de efectivarem o acto anunciado pelo próprio facto de o enunciar, criando um real apenas seu, um real de simulacros, os *media* reforçam com a sua constante modelizadora a característica simbólica específica dos documentos/monumentos. A massa documental mediatizada é tão só um gigantesco *monumento* mediático. Estamos assim cada vez mais afastados do documento "inócuo" e "objectivo".

O documento inócuo, portanto, que se pretendia reposição fiel do real, reificação do acontecimento, transforma-se duplamente num documento/monumento: não só comporta em si uma inscrição originária,

simbólica, política, como também se constitui sobretudo em documento mediático, efeito de real ou sua representação.

O acontecimento constitui-se assim, obviamente, em simultâneo, ao mesmo tempo que as narrativas que o pretendem referenciar. De facto, as práticas sociais e discursivas, que constituem o contexto socio-histórico deixam sobretudo traços e não propriamente representações do real.

Os *media*, distanciando-nos do real, através do seu discurso, dos seus traços, da sua história, ultrapassam de facto a sua função de meros veículos do real para se tornarem em grandes máquinas produtoras do artefacto, do pseudo-acontecimento, no dizer de Daniel Boorstin. Baudrillard sublinhava a questão de forma paradigmática: «De certa maneira, o consumo generalizado de imagens, de factos e de informações também se esforça por esconjurar o real nos sinais do real, por conjurar a história nos sinais da mudança (...).»⁵.

Sobretudo devido ao logro que constitui o simulacro, o que os *media* deixam passar é, segundo Jean Baudrillard, a conotação espectacular da crónica, a vertigem da realidade. Ainda com Baudrillard poderíamos concluir que a «imagem, o sinal, a mensagem tudo o que consumimos, é a própria tranquilidade selada pela distância ao mundo e que ilude, mais do que compromete, a alusão violenta ao real»⁶.

Historicamente, afirma Bernard Miège o jornal televisivo foi concedido para forjar de facto um certo tipo de consenso nacional: «(...) as suas regras de funcionamento foram sendo estabelecidas a pouco e pouco - hoje são claramente aceites por uma grande parte das classes populares e médias, para quem o jornal televisivo não é um meio de informação, mas um elemento de pontuação do seu tempo quotidiano e uma ocasião - fantasmática - de tomar parte nos assuntos da nação e do mundo. Uma coisa é certa - em França o jornal televisivo é para muitos um "rendez-vous" quotidiano. Mas se merece o qualificativo de "quotidiano" merecerá também o de "jornal"?» (Miège, 1986: 89).

⁵ Jean Baudrillard, A sociedade de consumo, Lisboa, Edições 70, 1975, pp. 29-30

⁶ Baudrillard, *ibid.*, p.31.

O processo de fragmentação da imagem da sociedade na informação televisiva é de facto produzido através da justaposição de acontecimentos-informações em que cada um é apresentado como autosuficiente, não explicado, nem explicando outros acontecimentos-informações. Esta é por definição a noção de *fait-divers*. Não é um enunciado equívoco, mas antes uma informação total, ou melhor, imanente: contém em si todo o seu saber: não há necessidade de conhecer o que quer que seja para consumir um *fait-divers*. Não reenvia para nada mais a não ser para si mesmo. Tudo é dado no *fait-divers*. É percebido de maneira idêntica por todos. Esta imagem da sociedade (diríamos composta por um negativo "*événement*" e um positivo "*sans événement*") é tão fragmentária, por um lado, e tão "realista" por outro, que deve ser reequilibrada exactamente pela passagem de uma lógica de fragmentação a uma lógica de homogeneidade, o que é conseguido pela preponderância atribuída na informação ao político e/ou ao *fait-divers*, constituindo-se em regime de auto-celebração do sistema e na maior parte das vezes da pequena política e das máscaras do tempo.

Existem depois dispositivos que intervêm para assegurar simultaneamente uma articulação verosímil entre enunciado e real e uma interpelação eficaz do público. A produção de sentido deriva menos do enunciado e da organização codificada das suas componentes que do produto de uma série de intervenções exteriores, extremamente difíceis de classificar, mas onde os sujeitos de enunciação têm um papel considerável. A questão que Jean Mottet colocava é esta: «(...) A l'interrogation ce qui est énoncé est-il réel, il faut substituer la question: le sujet de l'énonciation est-il réel?». ».

As questões são portanto complexas e por vezes contraditórias no registo dicotómico e ambíguo em que se apresentam. Parâmetros mais evidentes nesta retórica podem definir-se através das dualidades demonstrativo / interpretativo; fragmentação / recomposição; legitimação/deslegitimação; positividade/raridade; discursivo/não-discursivo; consenso/dissenso; real/ficção, etc. Da aplicação das dualidades resultará evidente o modelo instrumental; da transparência de processos e intenções dependerá em boa parte a alternativa ao modelo, que terá de passar inevitavelmente pela emergência das pulsões,

das singularidades e da vitalidade do social, do individual e do cultural, ou seja, pela emergência das *soft news* face à predominância do político, das *hard news*, mas sobretudo pela emergência do modelo interactivo.

O discurso jornalístico tem adoptado assim uma visão do mundo mais enquadrada pela produção de consensos do que pela crítica, um discurso de certo modo vazio de sentido, refractário à representação e à experiência da sociedade – e da virtude – civil. Converte-se assim para a supressão da distinção ficção/real, ganhando a informação um estatuto de *ficção* ao qual não é estranha a capacidade de construir o acontecimento como propõe Eliseo Verón quando refere que, como todo e qualquer discurso, aquele a que se costuma chamar a actualidade é também um objecto construído.

Sabe-se que a vitalidade de uma sociedade é a do seu sistema educativo e comunicacional. A informação-espectáculo, os *reality-shows* encenados e o sensacionalismo são um factor grave de distorção do real e de exposição do individual. Não visam a produção de informação mas sim a produção de audiências. Tudo se resume, no fundo, ao colocar da questão nestes termos: Como voltar ao social quando a realidade de que se fala é já discurso?

A actualização que o dispositivo comunicacional sofre na modernidade, em plena sociedade informatizada, provoca de alguma maneira a crise da esfera pública e do conceito de público, a crise do regime de representação e de percepção, a crise da ordem política clássica, etc. Nada se modifica, no entanto, relativamente ao pressuposto de base: é a natureza dos meios, da comunicação, são as tecnologias, que em boa parte enformam e estruturam o modelo das sociedades, o histórico, o cultural, o político, isto é, o processo de mudança está implícito nas formas da tecnologia dos meios de comunicação. Nada se modifica, também, relativamente à transparência da comunicação: ela é, como dizia Lyotard, «o novo cárcere».

Esta reflexão conduz, finalmente, ao equacionamento de uma oposição perversa: se o sistema político de fim-de-século, acompanhado do seu sub-sistema juridico-administrativo, económico, etc., é, cada vez mais, um *meio de comunicação*, o sistema dos *media* acaba por ser tentado a ocupar esse vazio,

afirmando-se cada vez mais também, como um campo de dominação. As posições invertem-se e esta nova liturgia comunicacional de que falava Lucien Sfez ⁷ tende a tornar-se de facto numa nova teologia em relação à qual importa desde já conhecer-lhe os múltiplos contornos para, como tem sido crónico, estarmos desde logo aptos a professá-la – ou, tão somente, a resistir-lhe.

⁷ Lucien Sfez, *Critique de la communication*, Seuil, Paris, 1990

2. O lugar do outro: representações sociais e imigração

Nos últimos anos temos assistido a uma série de reflexões sobre o contrato social e os actores que nele estão envolvidos: os incluídos e o excluídos. A ideia de contrato social assenta na lógica de um compromisso entre homens livres, para maximizar a liberdade, dentro dos limites impostos pela regulação social num quadro democrático. Boaventura de Sousa Santos (1998), ao reflectir sobre o contrato social, encontra três grandes critérios de inclusão (e simultaneamente de exclusão):

1. O contrato social incide sobre os indivíduos e as suas associações. Por esta via, exclui-se a natureza, que é instrumentalizada em ameaça ou recurso;
2. O contrato social consagra a lógica da cidadania. «Todos os outros-sejam eles mulheres, estrangeiros, imigrantes, minorias (e, às vezes, maiorias) étnicas - são dele excluídos.» (Santos, 1998: 6)
3. O contrato social incide sobre a *res pública*. A esfera privada, a intimidade e o espaço doméstico não fazem parte deste contrato.

Esta narrativa fundadora do projecto democrático na modernidade implica pois um paradoxo: uma diferenciação absoluta entre incluídos-cidadãos e excluídos e ao mesmo tempo, a negação da existência de excluídos, que «são declarados vivos em regime de morte civil.» (Santos, 1998: 7)

Para Colette Guillaumin (1992), este processo de inclusão e de exclusão, entre dominantes e dominados, prende-se com a formação de significados universais e referenciais atribuídos a dominantes e com significados específicos e particulares a dominados, num dado universo simbólico comum de valores. Lígia Amâncio (1994), ao reflectir sobre as relações sociais de género, encontra no masculino um modo de ser universal e modelo de pessoa, ao passo que o feminino se caracteriza pela alteridade face a esse modelo e pela

dependência do contexto (esfera privada), revelando um modo de estar situacionalmente determinado. Estamos pois perante um processo de assimetria simbólica na produção de significados.

Neste texto pretendemos pois reflectir sobre este processo de exclusão, ao nível do pensamento socialmente partilhado, tomando por objecto a exclusão dos imigrantes e os significados a eles atribuídos.

Na Psicologia Social, temos uma teoria que nos permite enquadrar este objecto, nomeadamente o estudo do conhecimento colectivo, ou seja, o senso comum: a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1976).

Esta teoria surge com a publicação da obra de Serge Moscovici (1976) sobre a representação da psicanálise e os seus públicos. Este estudo parte da apropriação da ciência por parte dos leigos, visando caracterizar este processo de *alimentação* do senso comum na ciência e na sua reinterpretação. Tomando por unidade de análise não o indivíduo, mas a sua articulação com o outro na produção dos saberes (Marková, 2000), o conceito de representação social, articula a dimensão colectiva da criação do conhecimento com uma dimensão individual e grupal de reinterpretação activa desse mesmo conhecimento, rejeitando pois a lógica da mera reprodução social. Para Denise Jodelet, uma representação social consiste n'«Uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.» (Jodelet, 1989 a, p.36, citada por Vala, 2000)

Paula Castro (2002) ao analisar o espaço conceptual da psicologia social caracteriza as representações sociais, tendo por referência, duas grandes dimensões:

- a) a construção social do sentido, a ideia de que as representações sociais são construções colectivamente engendradas e socialmente partilhadas;
- b) a ideia de estudar a actividade mental, o próprio processo de representar, de reinterpretar o que o social nos dá por adquirido.

As representações sociais remetem para um conceito que marca o nascimento da sociologia, as representações colectivas de Durkheim (1898).

Para Moscovici (1976), esta noção de Durkheim (1898) eliminava a contribuição do indivíduo para as representações colectivas, pois eram estas que se impunham a ele. Por outro lado a noção de representações colectivas assentava numa lógica da coesão social, não permitindo a mudança.

Moscovici (1976) em coerência com a ideia de que as representações sociais devem-se situar na confluência de conceitos sociológicos e psicológicos, define as representações como individuais ou sociais. Representações presentes nos indivíduos, expressas pelos grupos sociais, produzidas colectivamente e reguladoras dos comportamentos e das comunicações.

Moscovici (1976) explicita os processos através dos quais se elabora uma representação social: objectivação e ancoragem.

A objectivação consiste na atribuição de materialidade e na transformação do conceito numa imagem. Enquanto que a ancoragem assenta no princípio da familiaridade, localizando o novo objecto nas categorias pré-existentes.

Moscovici (1988) no quadro do desenvolvimento da sua teoria, diferencia três tipos de representações sociais:

- representações sociais hegemónicas: representações largamente partilhadas, não discutíveis e que constituem os pilares de uma sociedade
- representações sociais emancipadas: produzem-se nas relações intergrupais, e permitem diferenciar os grupos divergentes
- representações sociais polémicas: correspondem a visões divergentes entre grupos com interesses opostos e posicionamentos diferentes face ao objecto da representação.

O contributo principal do projecto científico deste autor, ao introduzir a sua Teoria das Representações Sociais, consistiu numa problematização do outro e do seu papel no pensamento dos indivíduos. Para Oliveira (2002), este projecto

permite criticar abordagens individualistas da produção do conhecimento (bem como as perspectivas dos modelos assentes no estudo de enviesamentos perceptivos/cognitivos), optando pelo carácter de co-construção do conhecimento. Assim este projecto privilegia os saberes leigos, do senso comum, e o estudo da actividade simbólica, ou seja, a construção colectiva de significados.

As representações sociais permitem pois enquadrar estudos sobre as imagens dos imigrantes, analisando a forma como eles são pensados colectivamente.

Ana de Saint-Maurice (1997), ao estudar o cruzamento entre classe social e etnia nos cabo-verdianos em Portugal, evidencia as fronteiras das representações da identidade com os outros significativos. Aqueles que pertencem a classes mais altas salientam a sua etnicidade com orgulho, ao passo que ao nível comportamental salientam a semelhança com o grupo dominante da sociedade receptora.

Já no caso dos cabo-verdianos de classes mais baixas estamos perante um processo de diferenciação quer ao nível das representações e dos comportamentos, relegando-os para uma situação de exclusão social.

Vala e cols. (1999) definem o racismo como uma «configuração multidimensional e tendencialmente articulada de crenças, emoções, e orientações comportamentais de discriminação, relativamente a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objectivado a partir da cor, sendo aquelas reacções suscitadas pela simples pertença desses indivíduos a esse exogrupo.» (Vala e cols., 1999: 14) O racismo é assim entendido como uma manifestação particular do preconceito negativo.

Para Brown (1995, p.8, citado por Vala et al,1999) o preconceito é definido como: «A partilha de atitudes sociais ou crenças cognitivas derogatórias, a expressão de sentimentos negativos, ou a manifestação de comportamentos hostis ou discriminatórios contra membros de um grupo, decorrentes da sua pertença a esse grupo», apelando à multidimensionalidade do fenómeno.(Vala e cols, 1999)

Os termos *raça* e *etnia*, são considerados construções sociais do pensamento utilizadas para identificar, categorizar e rotular grupos e conseqüentemente pessoas. O racismo em Portugal, bem como na Europa é objecto de censura pública. Apesar do racismo ser antinormativo e contrário ao princípio democrático da igualdade, ele persiste assumindo expressões subtis.

Esta questão tem sido abordada de formas diferentes na literatura da psicologia social. Kinder e Sears (1981) propuseram a teoria do racismo moderno ou do racismo simbólico. Na sua perspectiva a ameaça aos valores culturais pode explicar o novo racismo, abandonando os conflitos de interesses económicos.

Katz e Hass (1986) defendem a perspectiva do racismo ambivalente, mostrando: a ambivalência das atitudes racistas, a contextualidade da expressão das atitudes e comportamentos racistas, e o papel da tensão entre os valores igualitários e individualistas.

Gaertner e Dovidio (1986;1998) propõem na sua teoria um novo aspecto o racismo aversivo, distinto do racismo tradicional. O racismo aversivo procurará encontrar uma justificação que não seja definida socialmente como racista para um comportamento racista.

Os estudos de Vala, Brito e Lopes (1999) apresentados de seguida cruzam de forma inovadora estas contribuições, estudando as atitudes dos portugueses brancos, face aos negros em Portugal, enquadradas nos valores, nas relações entre grupos e noutras variáveis psicossociológicas relevantes. Os autores distinguem entre racismo subtil e racismo flagrante, de acordo com a conceptualização de Pettigrew e Meertens (1995). Estes autores explicam estas diferentes formas de racismo com a emergência de uma norma anti-racista nas sociedades contemporâneas. Face à norma anti-racista, os indivíduos podem :

- a) rejeitá-la e exprimir racismo abertamente (racismo flagrante)
- b) aceitá-la e exprimir atitudes e crenças não proscritas por esta norma, apesar de serem novas formas de racismo (racismo subtil)

- c) internalizar a norma no quadro dos valores democráticos rejeitando novas e velhas formas de racismo (igualitarismo)

Num primeiro estudo, Vala e cols. (1999) analisaram a relação entre tipo de ameaça e tipo de racismo. Assim verificaram que a ameaça percebida à segurança é mais valorizada que a percepção de ameaça económica. A percepção de ameaça à segurança está associada ao racismo tradicional e é considerada um indicador de preconceito.

Já em relação aos estereótipos, o racismo subtil e o racismo flagrante funcionam de forma diferente. O racismo flagrante assenta numa atribuição de traços estereotípicos negativos aos negros. Já o racismo subtil assenta não nessa utilização dos estereótipos negativos, mas na negação de atributos positivos a este grupo.

Noutro estudo, Vala e cols. (1999) analisaram a opção por uma dimensão cultural ou por uma dimensão “racial”, para diferenciar os grupos. É evidenciado que mesmo na opção da diferenciação por via da categorização cultural, existe uma associação com uma atitude negativa face aos negros.

Os estudos de Vala et al (1999) permitem pois demonstrar que a norma anti-racista não é suficiente para travar as novas formas de racismo, dado que estas não contrariam esta norma.

Apesar disso tanto a forma tradicional como o racismo subtil estão associadas a atitudes negativas face aos negros. Contudo em sociedades anti-racistas é mais fácil, e tem menos custos sociais e relacionais, aderir a este tipo de racismo, que ancora em normas assentes na ideia da igualdade.

As categorias minoritárias alvo de discriminação, têm sido associadas, pelo menos pelos órgãos de comunicação social, a problemas como a criminalidade, o desemprego, a economia paralela, o sentimento de insegurança, novos custos sociais. (Vala, Brito e Lopes, 1999)

Para concluir com Cunha (2002), «Os media, mais do que reforçar tendências latentes na sociedade, contribuem para a construção social da discriminação

étnica, através das saliências temáticas atribuídas às minorias no contexto da violência e do crime. Ao mesmo tempo que dão visibilidade a estas temáticas, os media tendem a apagar os contextos sociais e políticos desses fenómenos, fazendo da exploração das diversas formas de violência (física e simbólica) as imagens de síntese de um grupo em situação de “ilegitimidade social”.»

3. Mass media, efeitos mediáticos e formação de opinião

“Hoje, mais do que «massificar», os *media* criam “loucuras solitárias”, como tinha intuído David Riesman. As conseqüências perversas dos *media* são a dissolução das identidades sociais, a perda de memória histórica, a difusão dos alarmismo e dos medos colectivos relativamente aos estrangeiros. Mais do que «aparelhos ideológicos ao serviço do Estado», ao serviço do projecto autoritário como definiu Louis Althusser nos anos 70, os grandes *media* como a televisão, a rádio e a imprensa, são agências nas quais a organização do trabalho é fortemente condicionada pelo automatismo e pela causalidade das rotinas, pelo que acabam muitas vezes por agir em termos de irresponsabilidade social.”

Carlo Marletti, “La democrazia d’opinione e l’autoreferenzialità dei media”, in *Análisi*, 2001, p.195

Em 2001 a agenda nacional dos *media* relativamente à imigração ficou marcada pelos sucessivos diagnósticos acerca da imigração, pela proclamação constante da necessidade de reformas políticas que ajudem à integração dos imigrantes e das minorias étnicas, pela denuncia de situações de exploração laboral, existência de redes de máfias associadas à imigração em geral e, em particular, à prostituição, pelo noticiar de crimes e delitos relacionados com as comunidades minoritárias. Títulos como “Tráfico de droga - João Garcia em prisão preventiva” (Público), “Máfias do Leste viram-se para a moeda falsa” (A Capital), “Autor da facada em prisão domiciliária - Resolvido crime racista dos Olivais” (24 Horas); “Imigrante: legaliza-te! / Redes organizadas de tráfico de seres humanos/ Quem quer empregar um imigrante do Leste?” (Diário de Leiria), “Ucraniano mata mulher” (Correio da Manhã), preencheram os jornais nacionais.

A discussão sobre a imigração a nível mundial também foi alvo da atenção da imprensa portuguesa. Na Alemanha, a nova lei da imigração suscitou controvérsia, gerando discussões e uma sucessão de debates sobre o racismo e a xenofobia; na Áustria Jorg Heider foi eleito primeiro ministro e as suas posições políticas de anti-semitismo foram questionadas por toda a Europa; em Itália, a chegada de milhares de Curdos à costa italiana obrigaram o governo italiano a declarar estado de emergência; em Durban, África do Sul, as Nações

Unidas organizaram um encontro sobre o Racismo; na Austrália, a recusa em ajudar os refugiados Afegãos a bordo de um barco norueguês em águas australianas, originou a discussão sobre o estatuto dos refugiados e sobre a política de imigração, etc.

A visibilidade proporcionada pelos *media* sobre esta temática não pode, seguramente, deixar de marcar as representações e as imagens que os portugueses têm acerca da imigração e dos imigrantes da sociedade portuguesa, bem como sobre a actuação política neste sector. Neste sentido os meios de comunicação social geram não só informação, mas produzem opiniões e influenciam a construção do discurso.

É neste sentido que se orientam os estudos sobre os efeitos do *agenda setting* que procuram analisar a capacidade dos meios de comunicação social em influenciar a opinião pública não só sobre *o que pensar*, mas também *como pensar* determinados temas em detrimento de outros. (Traquina, 2000)

«Com base na combinação entre a relevância dada a determinados temas pelos meios de comunicação social e a importância que lhes é conferida socialmente, os efeitos de agenda permitem transformar certas ocorrências num único domínio de relevância, cuja centralidade é salientada face ao fluxo informativo.»⁶ A este processo chamamos *tematização* e tem por função seleccionar temas concretos sobre os quais se concentra a atenção da opinião pública.

⁶ Villaverde Cabral, Manuel (coord.), "Saúde e doença em Portugal", ICS, Lisboa, 2002, p.77.

4. Situação da imigração em Portugal à data da realização do estudo

Segundo F. L. Machado (1991) a história recente da imigração portuguesa pode ser dividida em três momentos. O primeiro durante os anos 60 como forma de compensar os portugueses que tinham emigrado para a Europa do Norte e América. O segundo, durante os anos 70 com o início das guerras pela independência nas várias regiões do ultramar português que definiriam um novo período na história da imigração portuguesa. De facto, desde então os fluxos migratórios, que passam a assumir um carácter regular e contínuo, são predominantemente provenientes dos países africanos lusófonos.⁷ O terceiro, durante as décadas de 80 e 90, no qual se manteve a predominância dos movimentos migratórios provenientes daqueles países, entre os quais se destaca o número de cabo-verdianos, ao qual se viriam juntar os imigrantes brasileiros.

O final dos anos 90 traz novos contornos para a imigração portuguesa. Acentua-se a imigração oriunda da União Europeia e surge um novo foco com origem nos países de leste e do centro de Europa. “Sobrepondo-se à imigração africana, estes fluxos traduziram-se, desde logo num crescimento abrupto da população estrangeira total. Em 31 de Dezembro de 2001, viveriam em Portugal em situação regular 335 mil estrangeiros (contra 190 mil registados em 1999), o que representa cerca de 3,3% da população total do país. Destes cerca de 216 mil teriam autorização de residência, enquanto os restantes beneficiavam do novo estatuto de autorização de permanência (119 mil).”⁸ Entre estes últimos, são os ucranianos que têm maior representatividade com 45.233 autorizações de permanência e os brasileiros, com 23.713.

⁷ Assim, durante estes anos dão-se os primeiros movimentos de retorno de portugueses oriundos de Angola, Moçambique, Guiné e Índia, assistindo-se a uma migração de pendor económico, sobretudo de Cabo Verde, de estudantes e quadros.

⁸ Pena Pires, Rui, “Mudanças na imigração. Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 39, 2002, p. 151

Quadro 1 - Autorizações de Permanência e Residentes em Portugal em 31/012/2001

País	Autorizações de Permanência	Residentes em Portugal
Europa de Leste		
Ucrânia	45.233	196
Moldávia	8.984	44
Romênia	7.461	507
Rússia	5.022	597
Palop		
Cabo Verde	5.488	49.930
Angola	4.997	22.630
Guiné-Bissau	3.239	17.580
Outros		
Brasil	23.713	23.541
China	3.348	3.891
Paquistão	2.851	1.031
Índia	2.828	1.361
Total global	126.901	223.602

Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

5. Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa portuguesa

5.1. Objectivo do estudo

O estudo pretende analisar a imagem do fenómeno da imigração, imigrantes e minorias étnicas, nas suas diferentes vertentes, que é transmitida e configurada pela imprensa portuguesa. Para tal optou-se por uma análise dos argumentos e temas das unidades informativas associados à imigração e às minorias étnicas.

5.2. Universo do Estudo

Foram recolhidas cerca de 4000 notícias, entre jornais e revistas de distribuição nacional e regional (vide anexo 1), entre o período de 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Março de 2002. Período que coincidiu com dois momentos principais na imigração portuguesa, por um lado, a entrada de um grande contingente de imigrantes de Leste, que viria a reconfigurar as características geográficas e sócio-profissionais da imigração portuguesa, por outro, a introdução do novo regime legal de autorizações de permanência, com entrada em vigor em 2001. Dois factores que se fizeram também sentir sobre a agenda dos *media*.

5.3. Modelo de análise

A metodologia de análise aplicada no presente estudo centra-se em técnicas quantitativas utilizadas na análise de conteúdo. Entende-se por análise de conteúdo o conjunto de técnicas de investigação empírica destinadas a estudar os conteúdos recorrentes de uma determinada amostra de texto, sendo consideradas, neste caso, as notícias veiculadas pela imprensa nacional e regional diária e não diária, sobre imigração e minorias étnicas.

Em primeiro lugar, foram tomados em conta os dados de **identificação** do jornal e da unidade informativa em análise:

- Nome da publicação
- Periodicidade da publicação
- Distribuição da publicação
- Tipo de publicação
- Data
- Dimensão das unidades de texto
- Género jornalístico
- Ante-título
- Título
- Lead
- Super-lead
- Localização das unidades de texto: página em que se encontra no jornal ou na revista e secção do jornal
- Âmbito territorial a que se reportam as unidades de texto
- Fonte de informação

Em segundo lugar, foram analisados os **temas** das unidades de texto consideradas sob dois níveis, por um lado, os descritores temáticos (a), por outro, o modo como a imprensa escrita tematiza (b) a informação relacionada com a imigração e minorias étnicas. Enquanto no primeiro caso nos reportamos à **classificação** do conteúdo da unidade de informação, no

segundo caso pretende-se observar como é que a imprensa **configura o significado** da informação que se irá reflectir sobre a opinião pública.

a) *Descritores temáticos*

- **Imigração regular:** incluíram-se neste campo todas as unidades de texto que se reportem ao processo de legalização sem dificuldades assinaláveis.
- **Imigração irregular:** incluíram-se neste campo todas as unidades de texto que se reportem a dificuldades no processo de legalização.
- **Controlo de fronteiras:** neste campo foram incluídas detenções e expatriações.
- **Acolhimento:** neste campo foram consideradas as acções humanitárias (actos de solidariedade) e medidas de acolhimento, desenvolvidas, tanto pela sociedade civil como pelo Estado, para a promoção da integração dos imigrantes.
- **Luta contra as máfias, exploração e tráfico ilegal:** foram incluídas neste campo as unidades de texto relativas ao combate à exploração, ao abuso e actos de criminalidade e delinquência infligidos aos imigrantes.
- **Exploração e máfias:** neste campo foram incluídas as unidades de texto que consideravam a exploração, o abuso e actos de criminalidade e delinquência infligidos aos imigrantes.
- **Convivência:** neste campo foram incluídas as iniciativas sociais e públicas que favorecem a convivência multiracial e multicultural.
- **Dificuldades de convivência:** foram incluídas nestes campo as unidades de texto que relatavam dificuldades de convivência entre a

comunidade portuguesa e as comunidades de imigrantes e minorias étnicas.

- **Cultura:** neste campo incluíram-se as unidades de texto que diziam respeito aos aspectos culturais da imigração, imigrantes e minorias étnicas.
- **Associativismo:** incluíram-se neste descritor as acções promovidas pelas associações de imigrantes e minorias étnicas.
- **Dificuldades de trabalho:** neste descritor foram incluídas as unidades de texto que se reportavam às dificuldades sentidas pelos imigrantes e minorias étnicas no sector laboral.
- **Outras medidas de integração positiva:** foram incluídas neste descritor medidas associadas à educação, entre outras, a criação de cursos de português; a criação de emprego; avanços na criação de habitação e realojamento; acesso aos serviços de saúde
- **Outras medidas de integração negativa:** foram incluídos neste campo, entre outras, as unidades de texto associadas a acidentes de trabalho; à falta de habitação, de realojamento e às más condições de vida, bem como as dificuldades de acesso à saúde.
- **Legislação:** incluíram-se neste campo todas as unidades de texto que impliquem a presença ou ausência de leis, projectos de lei, regulamentações ou normativas.
- **Delinquência/Delitos:** neste campo foram incluídas as unidades de texto que relacionam o fenómeno da imigração, imigrantes ou minorias étnicas com actos judiciais e delitos.
- **Racismo e xenofobia:** foram aqui incluídas as unidades de texto relativas a situações de racismo e xenofobia inferidas contra as minorias étnicas e imigrantes.

- **Debate:** neste descritor foram incluídas as unidades de texto com respeito ao debate sobre temáticas relacionadas com a imigração, imigrantes e minorias étnicas, nomeadamente no que toca a dados e informação; Multiculturalismo, cidadania e direitos humanos; Delinquência e segurança; Lei da imigração e legalização; Diferenças culturais, étnicas e racismo (xenofobia, intolerância); Mercado e condições de trabalho; Condições de vida, habitação e realojamento; Redes ilegais, exploração e escravatura.

b) Tematização da imigração

Os meios de comunicação funcionam como aparelhos capazes de concentrar e orientar a atenção do público para temas concretos. Sendo assim considerou-se útil analisar os mecanismos através dos quais determinados temas, neste caso a imigração, os imigrantes e as minorias étnicas, são submetidos à tematização comunicativa. A partir da associação dos descritores temáticos estabeleceram-se três formas principais de tematização:

- Avanços na integração dos imigrantes, que consiste na agregação dos descritores que configuram, tendencialmente, referências a desenvolvimentos favoráveis e/ou boas práticas de adaptação e integração dos imigrantes e minorias étnicas, bem como o controlo da imigração ilegal em Portugal. Foram agregados como avanços os seguintes descritores: Imigração regular; Processo de legalização; Controlo de fronteiras; Acolhimento; Luta contra as máfias, exploração e tráfico ilegal; Convivência; Outras medidas de apoio à integração: educação (e cursos de português); Emprego; Habitação/Realojamento; Acesso aos serviços de saúde; Cultura; Associativismo.
- Dificuldades na integração dos imigrantes, que consiste na agregação dos descritores que configuram, tendencialmente, referências a

situações de maior dificuldade na adaptação e integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como situações de processos irregulares associados à imigração. Neste conjunto foram integrados os seguintes descritores temáticos: Imigração irregular; Dificuldades no processo de legalização; Exploração e máfias; Delitos (actos judiciais e policiais); Racismo e Xenofobia; Dificuldades de convivência; Outras dificuldades de integração;

- Acidentes de trabalho; Habitação, realojamento e más condições de vida; Dificuldades de acesso aos serviços de saúde; Legislação.
- Debate sobre a imigração, imigrantes e minorias étnicas, agregando os seguintes descritores que promovem a discussão sobre esta temática: Dados e informação; Multiculturalismo, cidadania e direitos humanos; Delinquência e segurança; Lei da imigração/Legislação; Diferenças culturais, étnicas e racismo; Mercado e condições de trabalho; Condições de vida, habitação e realojamento; Redes ilegais, exploração e escravatura.

6. Principais resultados

No período em análise, 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Março de 2002, foram analisadas cerca de 4000 unidades de texto, recolhidas na imprensa escrita de distribuição nacional (68%) e regional (32%). Dada a preponderância do número de registos noticiosos recolhidos na imprensa de distribuição nacional, bem como as diferentes características de que se revestem uma e outra, optou-se por apresentar os resultados deste estudo sob três vertentes, por um lado apresentado os valores globais (em que se incluem imprensa nacional e regional), por outro repartindo essa análise em duas amostras: imprensa de distribuição nacional e regional.

Quadro 2 – Registos noticiosos por tipo de publicação

Tipo de publicação	N	%
Nacional	2.782	68,3
Regional	1.294	31,7
Total	4.076	100

Os conteúdos em análise foram recolhidos, na sua maioria em jornais (cerca de 96%), tanto nas publicações de distribuição nacional (95%), como nas regionais (98%).

Quadro 3 – Registos noticiosos por classificação do jornal

Classificação do Jornal	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Jornal	3.925	96,3	2.647	95,3	1.278	98,8
Revista	148	3,6	132	4,7	16	1,2
Outros	3	0,1	3	0,1	-	-
Total	4.076	100	2.782	100	1.294	100

Em termos globais, as unidades de texto analisadas foram recolhidas em jornais diários (cerca de 78%), tendência que se mantém tanto na imprensa de distribuição nacional (85 %) como regional (63%), neste caso ligeiramente

inferior, pois a imprensa regional é maioritariamente constituída por títulos semanais.

Quadro 4 – Registos noticiosos por periodicidade da publicação

Periodicidade	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Diário	3.193	78,3	2.372	85,4	821	63,4
Semanal	789	19,3	355	12,7	433	33,5
Mensal	46	1,1	44	1,6	28	2,2
Quinzenal	32	0,8	4	0,1	10	0,8
Outros	16	0,3	3	0,1	2	0,2
Total	4.076	100	2.782	100	1.294	100

Em termos globais as unidades de texto sobre imigração e minorias étnicas concentraram-se, sobretudo, nos meses de Fevereiro de 2001 e 2002 e Agosto de 2001. A imprensa nacional regista uma maior concentração nos meses de Agosto, Setembro e Dezembro de 2001, enquanto a imprensa regional segue o mesmo padrão de distribuição apresentado para o total do universo, ou seja, os meses de Fevereiro de 2001 e 2002 e Agosto de 2001. No período considerado nesta análise, Junho é o mês em que a imigração apresenta uma intensidade de cobertura menor na imprensa de distribuição nacional e Julho, no caso da imprensa de distribuição regional.

Quadro 5 – Registos noticiosos por mês e ano de publicação

Distribuição por Mês e Ano	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Janeiro de 2001	284	7,0	198	7,1	86	6,6
Fevereiro de 2001	359	8,8	215	7,7	144	11,1
Março de 2001	243	6,0	161	5,8	82	6,3
Abril de 2001	223	5,5	146	5,2	77	6,0
Mai de 2001	274	6,7	179	6,4	95	7,3
Junho de 2001	214	5,3	130	4,6	84	6,5
Julho de 2001	200	4,9	159	5,7	41	3,2
Agosto de 2001	371	9,1	250	9,0	121	9,4
Setembro de 2001	313	7,7	229	8,2	84	6,5
Outubro de 2001	215	5,3	151	5,4	64	4,9
Novembro de 2001	215	5,3	142	5,1	73	5,6
Dezembro de 2001	291	7,1	232	8,4	59	4,6
Janeiro de 2002	288	7,1	196	7,1	92	7,1
Fevereiro de 2002	335	8,2	216	7,8	119	9,2
Março de 2002	251	6,2	178	6,4	73	5,6
Total	4.076	100	2.782	100	1.294	100

Para facilitar a análise longitudinal proposta no presente estudo, optou-se por agregar a informação por trimestres correspondentes à divisão clássica do ano civil. Assim, em termos globais as unidades de informação recolhidas concentram-se no 1º e 3º trimestres de 2001 (cerca de 22%) e no primeiro trimestre de 2002. No caso da imprensa de distribuição nacional, estas unidades concentram-se no 3º trimestre de 2001 (23%) e 1º trimestre de 2002 (21%), enquanto na de distribuição regional concentram-se no primeiro trimestre de 2001 (24%) e 1º trimestre de 2002 (cerca de 22%).

Quadro 6 – Distribuição dos registos noticiosos por trimestre

Trimestre	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
1º Trimestre de 2001	886	21,7	574	20,6	312	24,1
2º Trimestre de 2001	711	17,4	455	16,3	256	19,8
3º Trimestre de 2001	884	21,7	638	23,0	246	19,0
4º Trimestre de 2001	721	17,7	525	18,9	196	15,1
1º Trimestre de 2002	874	21,4	590	21,2	284	21,9
Total	4.076	100	2.782	100	1.294	100

Quanto ao género jornalístico, a informação recolhida foi encontrada sobretudo em “notícias” (56%) e em notícias “breves” (21%), realidade que se mantém nas amostras consideradas. De salientar a fraca percentagem considerada para os restantes géneros jornalísticos associados a uma maior profundidade do tratamento da informação como, por exemplo, dossiers temáticos, artigos de opinião, estudos, problematização e contextualização de assuntos/ocorrências, etc.

Quadro 7 – Distribuição dos registos noticiosos por género jornalístico

Género Jornalístico	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Notícia	2.290	56,2	1.496	53,8	794	61,4
Breves	854	21,0	642	23,1	212	16,4
Artigo	356	8,7	226	8,1	130	10
Reportagem	298	7,3	197	7,1	101	7,8
Entrevista	93	2,3	73	2,6	20	1,5
Editorial	64	1,6	55	2,0	9	0,7
Crónica	47	1,2	37	1,3	10	0,8
Opinião	36	0,9	25	0,9	11	0,9
Outros (Carta do Leitor/Direito de Resposta, Inquérito, Sondagem, Crítica, Estudo)	38	0,8	31	1,0	7	0,5
Total	4.076	100	2.778	100	1.294	100

A maior concentração de “notícias” situa-se no 4º trimestre de 2001, enquanto os “artigos” e “outros” géneros jornalísticos se situam no 1º trimestre do mesmo ano. De salientar que as notícias “breves” se encontram sobretudo no 1º trimestre de 2002.

Quadro 8 - Distribuição do Género Jornalístico por Trimestre - Valores Globais

Ano	2001				2002
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Notícia	53,2	54,7	57,2	59,2	56,9
Artigo	18,3	15,8	4,9	3,5	1,6
Outros	11,2	4,9	7,2	5,3	4,8
Breves	8,7	18,6	19,5	24,8	33,6
Reportagem	8,7	6,0	11,2	7,2	3,1
Total	100	100	100	100	100

As unidades de texto analisadas ocupam, na sua maioria, “menos de ¼ de página” (cerca de 44%), seguidas das que ocupam entre “1/4 de página e ½ página”; tendência também válida para a imprensa de distribuição nacional e regional.

Quadro 9 – Dimensão do registo noticioso

Dimensão	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 1/4 de página	1.804	44,3	1.317	47,3	487	37,6
De 1/4 de página a 1/2 página	1.158	28,4	756	27,2	402	31,1
De 1/2 página a 1 página	639	15,7	382	13,8	257	19,9
Mais de 1 página	270	6,6	200	7,2	78	6,0
1 página	201	4,9	123	4,4	68	5,3
Outros	4	0,1	2	0,1	2	0,2
Total	4.076	100	2.782	100	1.294	100

O distrito com maior número de referências foi o de Lisboa (17%), seguido de Porto (8%), Braga (5%) Leiria (4%), Aveiro (3,8%), Coimbra e Setúbal (3,6%) Faro (3,3%) e Santarém (3,2%). Os casos em que não é especificado o local do acontecimento da notícia, mas que dizem respeito a temas relacionados com a imigração a nível nacional – legislação, programas, etc., foram genericamente classificados como ‘Portugal’ (27%). Na imprensa de

distribuição nacional, o distrito mais citado foi o de Lisboa (23%), enquanto na regional, Porto e Braga (ambos com cerca de 11%) são os mais referenciados.

Quadro 10 – Âmbito territorial da informação

Âmbito Territorial da informação (Distrito)	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Portugal	1.108	27,2	881	31,6	227	17,5
Lisboa	724	17,8	645	23,2	79	6,1
Porto	339	8,3	199	7,2	140	10,8
Braga	217	5,3	75	2,7	142	11,0
Resto da União Europeia	215	5,3	206	7,4	9	0,7
Outros países	191	4,7	178	6,4	13	1,0
Leiria	169	4,1	65	2,3	104	8,0
Aveiro	156	3,8	64	2,3	92	7,1
Coimbra	148	3,6	51	1,8	97	7,5
Setúbal	148	3,6	91	3,3	57	4,4
Faro	136	3,3	84	3,0	52	4,0
Santarém	129	3,2	63	2,3	66	5,1
Madeira	113	2,8	26	0,9	87	6,7
Sem indicação	42	1,0	22	0,8	20	1,5
Açores	40	1,0	12	0,4	28	2,2
Guarda	31	0,8	14	0,5	17	1,3
Beja	29	0,7	21	0,8	8	0,6
Viseu	27	0,7	15	0,5	12	0,9
Vila Real	23	0,6	15	0,5	8	0,6
Portalegre	21	0,5	16	0,6	5	0,4
Castelo Branco	20	0,5	8	0,3	12	0,9
Évora	17	0,4	14	0,5	3	0,2
Viana do Castelo	17	0,4	8	0,3	9	0,7
Bragança	16	0,4	9	0,3	7	0,5
Total	4.076	100	2.782	100	1.294	100

Analisando os protagonistas das notícias sobre imigração e minorias étnicas verificamos serem, na sua maioria, oriundos da Europa de Leste (30%).

Por outro lado, a categoria genérica ‘imigrantes’ é aplicada em cerca de 28% do total dos registos noticiosos analisados.

Os protagonistas de etnia cigana e os imigrantes com origem nos PALOP têm a mesma representatividade, com valores entre os 12,5% e os 12% respectivamente.

Os imigrantes oriundos do continente americano (na sua maioria brasileiros) têm um peso de 5% no total de notícias analisadas.

Nas publicações de distribuição nacional mantém-se esta tendência, enquanto nas de distribuição regional os protagonistas de etnia cigana têm um peso superior relativamente aos imigrantes africanos, respectivamente de 18,5% e 9,2%.

Quadro 11 – Origem dos protagonistas dos registos noticiosos

Protagonistas	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Imigrantes de Leste	1.391	29,7	840	26,4	551	36,7
Imigrantes	1.314	28,0	942	29,5	372	24,8
Ciganos	587	12,5	327	11,6	260	18,5
Imigrantes africanos	575	12,3	437	13,7	138	9,2
Sem indicação de origem	335	7,1	286	9,0	49	3,3
Imigrantes do continente americano	236	5,0	156	4,9	79	5,3
Imigrantes da União Europeia	89	1,9	71	2,2	18	1,2
Imigrantes asiáticos	83	1,8	58	1,8	25	1,7
Imigrantes árabes e do médio oriente	77	1,6	68	2,1	9	0,6
Total	4.687	100	3.185	100	1.501	100

As fontes de informação genéricas mais citadas pela imprensa são a 'sociedade civil e as instituições privadas' (53%), seguidas dos 'poderes do Estado e das instituições públicas' (45,7%).

Quadro 12 – Distribuição das fontes de informação (grandes grupos)

Fonte de Informação	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Sociedade Civil e Instituições Privadas	2.500	53,0	1.626	51,0	872	58,0
Poderes do Estado e Instituições Públicas	2.159	45,7	1.548	48,2	609	40,5
Instituições de Ensino	63	1,3	40	1,2	23	1,5
Total	4.722	100	3.214	100	1.504	100

Enquanto fonte principal da informação sobre imigração e minorias étnicas, as ‘Organizações sociais’ (21,6%) e o ‘Poder executivo’ (20,3%) surgem em primeiro e segundo lugares, respectivamente – com uma distância acentuada relativamente às restantes.

A ‘sociedade civil e as instituições privadas’, são aqui representadas não só pelas ‘organizações sociais’, como também pelas ‘pessoas’ (14,9%), onde cerca de metade (7,8%) são representadas pelos próprios imigrantes, número que aumenta para 10% quando analisamos a imprensa regional.

O ‘Estado e as instituições públicas’ são representados tanto pelo ‘poder executivo’, como pelas polícias (que incluem o ‘Poder policial’, a ‘Guarda Nacional Republicana’ e a ‘Polícia Judiciária’) com 9,4%, e o ‘poder local’ com 7,7%.

Quadro 13 – Cinco fontes de informação mais citadas

Fonte de informação	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Organizações sociais	1.024	21,6	618	19,2	404	26,8
Poder Executivo	960	20,3	668	20,7	291	19,4
Pessoas	703	14,9	443	13,8	260	17,2
Poder Local	363	7,7	196	6,1	167	11,1
Poder Policial	269	5,7	209	6,6	60	4,0

Analisemos de forma discriminada os principais agrupamentos das fontes de informação. Em termos globais, como vimos, o “Poder Executivo” (20,3%) sobressai entre os “Poderes do Estado e Instituições públicas” mais citados, nomeadamente através do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (7,2%), seguido do “Poder Local”, com 7,7%. Esta tendência estende-se à imprensa de distribuição nacional e regional, ainda que, nesta, o “Poder Local” (11%) assuma maior visibilidade como fonte de informação dos temas associados à imigração e minorias étnicas.

Na ‘Sociedade civil e Instituições privadas’, destacam-se como fontes de informação as “organizações sociais”, sendo os “sindicatos e uniões sindicais” (4,6%) e a “igreja católica” (4,4%) as instituições com maior representatividade naquele conjunto. As “Pessoas” (14,9%), nomeadamente através dos próprios “Imigrantes e minorias étnicas” (7,8%) são a segunda fonte mais citada neste bloco. De salientar a informação veiculada pelos próprios “meios de comunicação social” com 6,8%.

Quando analisamos a imprensa de distribuição nacional e regional em separado, verificamos que as tendências acima enunciadas são extensíveis as estas duas realidades. No entanto, na imprensa de distribuição regional quando nos situamos ao nível da ‘Sociedade civil e Instituições privadas’, nomeadamente das “organizações sociais” que representam 26,8% das fontes de informação mais consultadas por esta imprensa, a “igreja católica” é a mais citada com 6,8%. As “Pessoas”, também aqui têm um peso superior relativamente aos valores globais, representam 17,2% das fontes de informação, nomeadamente através dos “Imigrantes e minorias étnicas” (10,4%).

Quadro 14 – Distribuição das fontes de informação

Fonte de Informação	Valores globais		Distribuição Nacional		Distribuição Regional	
	N	%	N	%	N	%
Poderes do Estado e Instituições Públicas	2	0,0	1	0,0	1	0,1
Poder Executivo	304	6,4	221	6,9	83	5,5
- GNR	95	2,0	72	2,2	23	1,5
- ACIME	102	2,2	59	1,8	43	2,9
- SEF	341	7,2	226	7,0	114	7,6
- IGT	89	1,9	70	2,2	19	1,3
- IDICT	29	0,6	20	0,6	9	0,6
Poder Legislativo	22	0,5	19	0,6	3	0,2
Poder Judicial	115	2,4	92	2,9	23	1,5
- PJ	81	1,7	64	2,0	17	1,1
Poder Policial	104	2,2	82	2,6	22	1,5
- PSP	165	3,5	127	4,0	38	2,5
Poder Local	363	7,7	196	6,1	167	11,1
Instituições Europeias	84	1,8	73	2,3	11	0,7
Organismos internacionais	69	1,5	59	1,8	10	0,7
Outras instituições públicas	91	1,9	73	2,3	18	1,2
Outras entidades estrangeiras	103	2,2	94	2,9	8	0,5
Sub-Total	2.159	45,7	1.548	48,2	609	40,5
Sociedade Civil e Instituições Privadas						
Partidos políticos	132	2,8	102	3,2	30	2,0
Agentes sociais	175	3,7	109	3,4	66	4,4
Organizações sociais	46	1,0	33	1,0	13	0,9
- Sindicatos e Uniões Sindicais	219	4,6	130	4,0	89	5,9
- Igreja Católica	208	4,4	108	3,4	100	6,6
- Outras igrejas	38	0,8	30	0,9	8	0,5
- Associações	87	1,8	50	1,6	35	2,3
- Associações Socioculturais e Humanitárias	228	4,8	155	4,8	73	4,9
- Associações de Imigrantes e Minorias Étnicas	198	4,2	112	3,5	86	5,7
Pessoas	334	7,1	231	7,2	103	6,8
- Imigrantes e Minorias Étnicas	369	7,8	212	6,6	157	10,4
Outras entidades privadas	86	1,8	58	1,8	28	1,9
Meios de Comunicação Social	319	6,8	252	7,8	67	4,5
Estudos	45	1	34	1,1	11	0,7
Fontes anónimas	16	0,3	10	0,3	6	0,4
Instituições de Ensino	63	1,3	40	1,2	23	1,5
Sub-Total	2.563	54,2	1.666	51,8	895	59,4
Total	4.722	100	3.214	100	1.504	100

6.1. Temas associados à Imigração e Minorias Étnicas

A temática mais tratada pela imprensa está associada aos “Delitos” cometidos tanto pelos imigrantes como pelas minorias étnicas (com 12,2%). Em segundo lugar, o “Acolhimento” (8,5%) e em terceiro e quarto lugares, encontramos o tratamento dos temas “Convivência” (5,6%) e “Exploração e máfias” (5,6%), seguidos pela “Luta contra as máfias, exploração e tráfico ilegal” (5,1%). Esta segmentação de temas é equivalente na imprensa de distribuição nacional, enquanto na regional o tema que reúne maior atenção por parte da imprensa é o do “Acolhimento” (13,4%), seguido do ensino de cursos de português (8,3%); as notícias sobre os “Delitos” surgem em terceiro lugar com 7,3%; “Convivência” e “Exploração e máfias” (ambas como 6,6%) são seguidas de perto pelos temas relacionados com a “Cultura” dos imigrantes e minorias étnicas (6,4%).

Quadro 15 – Descritores temáticos associados à imigração e minorias étnicas

Descritores temáticos	Valores globais		Distribuição nacional		Distribuição regional	
	N	%	N	%	N	%
Delitos (Actos Judiciais e Policiais)	497	12,2	403	14,5	94	7,3
Acolhimento	347	8,5	174	6,3	173	13,4
Convivência	230	5,6	145	5,2	85	6,6
Exploração e máfias	228	5,6	143	5,1	85	6,6
Luta contra as máfias, exploração e tráfico ilegal	208	5,1	153	5,5	55	4,3
Cultura	184	4,5	101	3,6	83	6,4
Educação (cursos de português)	179	4,4	72	2,6	107	8,3
Imigração irregular	178	4,4	136	4,9	42	3,2
Racismo e Xenofobia	172	4,2	137	4,9	35	2,7
Dificuldades de Convivência	150	3,7	92	3,3	58	4,5
Debate - Diferenças culturais, étnicas e racismo	150	3,7	117	4,2	33	2,6
Debate - Dados e informação	148	3,6	106	3,8	42	3,2
Processo de legalização	127	3,1	76	2,7	51	3,9
Associativismo	123	3,0	58	2,1	65	5,0
Habitação, realojamento e más condições de vida	118	2,9	81	2,9	37	2,9
Controlo de fronteiras	107	2,6	93	3,3	14	1,1
Legislação	105	2,6	83	3,0	22	1,7
Debate - Lei da imigração/Legalização	101	2,5	75	2,7	26	2,0
Imigração regular	71	1,7	50	1,8	21	1,6
Dificuldades no processo de legalização	66	1,6	45	1,6	21	1,6
Outros temas em debate	62	1,5	50	1,8	12	0,9
Emprego	59	1,4	38	1,3	21	1,6
Habitação/Realojamento	58	1,4	39	1,4	19	1,5
Outras dificuldades de integração	57	1,4	46	1,7	11	0,9
Debate - Multiculturalismo, Cidadania, Direitos Humanos	52	1,3	30	1,1	22	1,7
Dificuldades de acesso aos serviços de saúde	52	1,3	40	1,4	12	0,9
Debate - Mercado e Condições de Trabalho	47	1,2	32	1,2	15	1,2
Acidentes de trabalho	44	1,1	42	1,5	2	0,2
Debate - Delinquência e Segurança	39	1,0	34	1,2	5	0,4
Acesso aos serviços de saúde	34	0,8	28	1,0	6	0,5
Outras medidas de apoio à integração	32	0,8	21	0,8	11	0,9
Debate - Redes ilegais, exploração e escravatura	28	0,7	25	0,9	3	0,2
Debate - Condições de vida, habitação e realojamento	17	0,4	11	0,4	6	0,5
Outros	6	0,1	6	0,2	0,0	0,0
Total	4.076	100	2.782	100	1.294	100

Como vimos, os “Imigrantes” e os “Imigrantes de leste” são os principais protagonistas das unidades de texto analisadas neste estudo. Observemos que protagonistas surgem associados a cada um dos descritores temáticos.

Na realidade, são também os “Imigrantes e os “Imigrantes de leste” os principais protagonistas dos descritores temáticos associados à temática Imigração e Minorias étnicas, nomeadamente em questões associadas à imigração irregular/regular aos avanços/dificuldades no processo de legalização, etc. No entanto, surgem algumas exceções, nomeadamente no que concerne a temas relacionados com os “Delitos”, onde surge em primeiro lugar os imigrantes de leste, seguidos dos cidadãos de etnia cigana, e imigrantes oriundos do continente africano.

Por outro lado, as notícias relacionadas como o “Racismo e Xenofobia” são protagonizadas pelos “imigrantes africanos”, “imigrantes” e “ciganos” em ordem decrescente (vide anexo).

O tema sobre “Habitação, realojamento e más condições de vida” é protagonizado pela comunidade cigana, seguida pelos imigrantes de leste e africanos, mantendo-se a mesma ordem quando se fala de “dificuldades de convivência”.

Os “acidentes de trabalho” surgem associados aos imigrantes de leste, mas também aos imigrantes africanos e do continente americano (recorde-se, na sua maioria, de origem brasileira). Estes últimos são também um dos protagonistas das notícias cujo tema se debruça sobre a “exploração e máfias” (vide anexo 2).

Quadro 16 – Descritores temáticos por Origem dos protagonistas

Descritores temáticos	Protagonistas
Imigração regular	Imigrantes; Imigrantes de leste; Imigrantes do continente americano; Imigrantes africanos
Processo de legalização	Imigrantes; Imigrantes de leste; Imigrantes africanos; Imigrantes do continente americano
Controlo de fronteiras	Imigrantes; Imigrantes de leste; Imigrantes africanos; Imigrantes asiáticos
Acolhimento	Imigrantes de leste; Imigrantes; Imigrantes africanos; Ciganos
Luta contra as máfias, exploração e tráfico ilegal	Imigrantes de leste; Imigrantes; Imigrantes do continente americano; Imigrantes africanos
Convivência	Imigrantes; Imigrantes de leste; Ciganos; sem indicação
Outras medidas de apoio à integração	Imigrantes; Imigrantes africanos; Imigrantes de leste; sem indicação
Educação (e cursos de português)	Imigrantes de leste; Imigrantes; Ciganos; Imigrantes africanos
Emprego	Imigrantes de leste; Imigrantes; Imigrantes do continente americano; Imigrantes africanos
Habitação/Realojamento	Ciganos; Imigrantes africanos; Sem indicação; Imigrantes
Acesso aos serviços de saúde	Imigrantes; Imigrantes africanos; Imigrantes de leste; Ciganos
Cultura	Imigrantes de leste, Ciganos; Imigrantes africanos; Imigrantes
Associativismo	Imigrantes de leste; Imigrantes africanos; Ciganos; Imigrantes
Imigração irregular	Imigrantes; Imigrantes de leste; Imigrantes africanos; imigrantes árabes e magrebinos
Dificuldades no processo de legalização	Imigrantes; Imigrantes de leste; Imigrantes africanos; Imigrantes do continente americano
Exploração e máfias	Imigrantes de leste; Imigrantes; Imigrantes do continente americano; imigrantes africanos
Delitos (actos judiciais e policiais)	Imigrantes de leste; Ciganos; Imigrantes africanos; imigrantes do continente americano
Racismo e Xenofobia	Imigrantes africanos; Imigrantes; Ciganos; sem indicação
Dificuldades de convivência	Ciganos; Imigrantes de leste; Imigrantes africanos; Imigrantes
Outras dificuldades de integração	Imigrantes de leste; Imigrantes; Imigrantes africanos; Ciganos
Acidentes de trabalho	Imigrantes de leste; Imigrantes africanos; Imigrantes do continente americano; sem indicação
Habitação, realojamento e más condições de vida	Ciganos; Imigrantes de leste; Imigrantes africanos; imigrantes
Dificuldades de acesso aos serviços de saúde	Imigrantes de leste; Imigrantes; Imigrantes africanos; Ciganos
Legislação	Imigrantes; Imigrantes africanos; Imigrantes de leste; Imigrantes da União Europeia
Debate – Dados e informação	Imigrantes; Imigrantes de leste; sem indicação; Imigrantes do continente americano; Imigrantes africanos
Debate – Multiculturalismo, cidadania, direitos humanos	Imigrantes; Imigrantes de Leste; Sem indicação; Ciganos
Debate – Delinquência e segurança	Imigrantes; Imigrantes africanos; Sem indicação; Imigrantes da União Europeia

Debate – Lei da imigração/Legislação	Imigrantes; Imigrantes de leste; Sem indicação; Imigrantes africanos
Debate – Diferenças culturais, étnicas e racismo	Sem indicação; Imigrantes; Imigrantes africanos; Ciganos
Debate – Mercado e condições de trabalho	Imigrantes; Imigrantes de leste; sem indicação; Imigrantes africanos
Debate – Condições de vida, habitação e realojamento	Ciganos; sem indicação; imigrantes; imigrantes de leste; Imigrantes africanos
Debate – Redes ilegais, exploração e escravidão	Sem indicação; Imigrantes; Imigrantes africanos; Imigrantes de leste
Outros temas em debate	Imigrantes; Imigrantes de leste; Sem indicação; Imigrantes africanos
Outros	Imigrantes; Imigrantes de leste; Sem indicação; Ciganos

Quando cruzamos os descritores temáticos com as fontes de informação, verificamos que os temas associados aos “Delitos” têm como fonte de informação principal o “Poder policial, judicial e executivo” e as “Pessoas”.

O “Acolhimento”, tem como fontes de informação os “Organismos sociais”, os Poderes executivo e local” e as “Pessoas”.

O tema “Exploração e máfias” tem como principais fontes de informação os organismos sociais, as “Pessoas”, o “Poder executivo” e os “Meios de comunicação social”.

A “Habitação e realojamento” surge sempre associada ao “poder local” e às “pessoas”, enquanto temas como a “Convivência”, “Dificuldades de convivência”, “Cultura” e “Associativismo”, estão sobretudo associados ao “poder local”, “organismos sociais” e “pessoas” e “agentes sociais”.

Associada ao “Debate” sobre as questões da imigração e minorias étnicas (inevitavelmente associadas a fenómenos de racismo e xenofobia), nas suas várias vertentes, surge a comunicação social, ainda que em conjunto com as outras fontes de informação (vide anexo 6).

Quadro 17 – Descritores temáticos por Fonte de informação

Descritores temáticos	Fonte de informação
Imigração regular	Poder executivo; Org.s sociais; Outras entidades privadas; Instituições europeias
- Processo de legalização	Poder executivo; Org.s sociais; Pessoas; Meios de comunicação social
Controlo de fronteiras	Poder executivo; Instituições europeias; Outras entidades estrangeiras; Org.s sociais
Acolhimento	Org.s sociais; Poder executivo; Poder local; Pessoas
Luta contra as máfias, exploração e tráfico ilegal	Poder executivo; Poder judicial; Org.s sociais; Poder policial
Convivência	Org.s sociais; Pessoas; Poder executivo; Poder local
Outras medidas de apoio à integração	Poder executivo; Instituições europeias; Org.s sociais; Partidos políticos
- Educação (e cursos de português)	Poder local; Org.s sociais; Agentes sociais; Pessoas
- Emprego	Poder executivo; Org.s Sociais; Outras entidades privadas; Pessoas
Habitação/Realojamento	Poder local; Pessoas; Org.s sociais; Poder executivo
- Acesso aos serviços de saúde	Org.s sociais; Outras inst. Públicas; Poder executivo; Poder local
Cultura	Org.s sociais; Pessoas; Agentes sociais; Poder executivo
Associativismo	Org.s sociais; Poder local; Poder executivo; Pessoas
Imigração irregular	Poder executivo; Pessoas; Org.s sociais; Outras entidades estrangeiras
- Dificuldades no processo de legalização	Poder executivo; Org.s sociais; Pessoas; Agentes sociais
Exploração e máfias	Org.s sociais; Pessoas; Poder executivo; Meios de comunicação social
Delitos (actos judiciais e policiais)	Poder policial; Poder judicial; Poder executivo; Pessoas
Racismo e Xenofobia	Pessoas; Meios de comunicação social; Org.s sociais; Poder local
Dificuldades de convivência	Pessoas; Poder local; Org.s sociais; Poder executivo
Outras dificuldades de integração	Org.s sociais; Pessoas; Poder executivo; Poder local
- Acidentes de trabalho	Poder executivo; Outras instituições públicas; Pessoas; Org.s sociais
- Habitação, realojamento e más condições de vida	Pessoas; Poder local; Org.s sociais; Partidos políticos
- Dificuldades de acesso aos serviços de saúde	Org.s sociais; Poder executivo; Poder judicial; Pessoas
Legislação	Org.s sociais; Partidos políticos; Poder executivo; Pessoas
Debate – Dados e informação	Poder executivo; Org.s sociais; Estudos; Meios de comunicação social;
Debate – Multiculturalismo, cidadania, direitos humanos	Org.s sociais; Meios de comunicação social; Poder executivo; Pessoas
Debate – Delinquência e segurança	Org.s sociais; Meios de comunicação social; Poder executivo; Agentes sociais
Debate – Lei da imigração/Legislação	Org.s sociais; Poder executivo; Partidos políticos; Meios de comunicação social
Debate – Diferenças culturais, étnicas e racismo	Meios de comunicação social; Org.s sociais; Agentes sociais; Organismos internacionais
Debate – Mercado e condições de	Org.s sociais; Pessoas; Poder executivo; Poder local

trabalho

Debate – Condições de vida, habitação e realojamento	Poder local; Pessoas; Partidos políticos; Poder executivo
Debate – Redes ilegais, exploração e escravidão	Agentes sociais; Meios de comunicação social; Pessoas; Organismos internacionais
Outros temas em debate	Meios de comunicação social; Org.s sociais; Poder executivo
Outros	Poder executivo; Org.s sociais; Meios de comunicação social;

6.2. Tematização da imigração e minorias étnicas

A agregação dos descritores temáticos deu origem aos seguintes temas: avanços com 43, 2%, e dificuldades com 40,9%. Os debates ocupam cerca de 16% das temáticas abordadas pela imprensa escrita relacionadas com a imigração. Ao analisarmos a imprensa de distribuição nacional, os valores invertem-se, isto é, as “dificuldades” são evidenciadas (45%), enquanto os “avanços” surgem com 38%.

Quadro 18 – Principais temas associados à imigração e minorias étnicas

Temas	Valores Globais		Distribuição nacional		Distribuição regional	
	N	%	N	%	N	%
Avanços na integração	1.759	43,2	1.048	37,7	711	54,9
Dificuldades na integração	1.667	40,9	1.248	44,9	419	32,4
Debate sobre a imigração e minorias étnicas	644	15,8	480	17,3	164	12,7
Outros	6	0,1	6	0,2	0	0,0
Total	4.076	100	2.782	100	1.294	100

Conclusões

Os protagonistas da informação sobre a imigração, os imigrantes e as minorias étnicas:

Da análise efectuada, o tratamento jornalístico incide, na sua maioria, sobre os imigrantes de leste (30% das notícias), seguido dos protagonistas classificados genericamente como 'imigrantes' (28%).

Os imigrantes de etnia cigana e os oriundos dos PALOP surgem em 3º e 4º lugares (com 12,5 % e 12,3% respectivamente), a menos de metade do 1º e 2º lugares.

Em 5º lugar, a grande distância dos restantes (com 4,5%), situam-se os imigrantes do continente americano (onde predominam os imigrantes brasileiros).

No período em análise - Janeiro de 2001 a Março de 2002 - as comunidades de leste assumem maior visibilidade na agenda dos média quando se fala sobre imigração e minorias étnicas. Esta visibilidade surge em consequência da nova realidade vivida pela imigração portuguesa no momento em que o estudo foi realizado. Com efeito, como vimos, o número de autorizações de residência concedidos àquela comunidade era, no final de 2001, de 66.700.

As fontes de informação consultadas pela imprensa escrita:

As fontes mais citadas pela imprensa, são a "Sociedade civil e as instituições privadas" (53%) e os "Poderes do Estado e das instituições públicas" (45,7%)

A “Sociedade civil e as instituições privadas”, são representadas pelas ‘organizações sociais (21,6%) e pelas ‘pessoas’ (14,9%), das quais cerca de metade são representadas pelos próprios ‘imigrantes e minorias étnicas’ (7,8%).

Os “Poderes do Estado e as instituições públicas”, são representadas pelo ‘poder executivo’ (20,3%) e pelas polícias que, no seu conjunto, representam 9,4% e o ‘poder local’ (7,7%).

Estas tendências são comuns à imprensa de distribuição nacional e regional, ainda que na imprensa de distribuição regional as ‘Pessoas’ (17%) e o ‘Poder local’ (11%) assumam maior visibilidade entre as fontes citadas pela imprensa.

As fontes de informação mais consultadas quando se cobre a informação sobre a imigração são, no seu conjunto, fontes institucionais e/ou oficiais. As rotinas da produção informativa e, com alguma frequência, a inexistência de informantes especializados sobre o tema, poderão ser responsáveis por esta realidade. De notar, no entanto, o peso notável das “pessoas” e dos imigrantes como uma das fontes privilegiadas sobre esta temática.

Os temas mais analisados pela imprensa escrita:

Numa análise global da amostra, destaca-se o tratamento dos temas considerados como “Avanços” (com 43,2%), ainda que a pouca distância percentual do tratamento das questões consideradas como “Dificuldades” (com 40,9%).

Quando falamos na imprensa de distribuição nacional estes valores invertem-se, ou seja, são evidenciadas as “Dificuldades” (45%), enquanto os “Avanços” surgem com cerca de 38%.

É, pois, a imprensa de distribuição regional a que mais veicula notícias no sentido de apresentar os “Avanços” na integração dos imigrantes e minorias étnicas com cerca de 55%.

De salientar a fraca visibilidade dada pela imprensa em geral ao “Debate” sobre as questões associadas à imigração, imigrantes e minorias étnicas (cerca de 16%).

No conjunto dos descritores temáticos tratados, sobressaem os “Delitos”(12%), a alguma distância das temáticas associadas ao “Acolhimento” (8,5%), à “Convivência” (5,6%) e à “Exploração e Máfias” (5,6%).

Na imprensa de distribuição nacional são, com efeito, os “Delitos” que surgem à cabeça dos temas veiculados (14,5%), seguidos também do “Acolhimento” (6,3%) da “Luta contra as máfias, exploração e tráfico ilegal” (5,5) e da “Convivência” (5,2%).

Na imprensa regional o “Acolhimento” surge à cabeça dos temas enunciados, com cerca de 13%, enquanto a “Educação”, nomeadamente o ensino de português às comunidades estrangeiras, surge em segundo lugar com 8,3%. As temáticas do “Exploração e máfias” e da “Convivência” surgem em terceiro lugar, ambas com cerca de 7%.

Em termos de agenda mediática os imigrantes e as minorias étnicas que são/fazem notícia são os que estão associados, sobretudo, aos “Delitos”. Com efeito são salientados os problemas que estas comunidades têm com a justiça, muitas vezes sem qualquer contextualização sobre a criminalidade em Portugal, por exemplo, ou sobre o motivo do aparecimento de certos focos de marginalidade contribuindo para o reforço, junto da opinião pública, dos fantasmas associados aos imigrantes e ao estrangeiro. Ou seja, já não nos colocamos ao nível do debate sobre a legalidade ou ilegalidade dos imigrantes (os temas relacionados com a imigração regular/irregular não são tão determinantes quanto isso), sobre se é esse o cerne da sua marginalização, mas colocamo-nos ao nível da diferenciação étnica para reportar a notícia. O

que nos leva igualmente a poder discutir se, no fundo, os estereótipos são produzidos, se as imagens negativas são veiculadas porque se verificou uma ocorrência grave ou negativa (um facto jornalístico) ou se, na realidade, estas se verificam porque estamos na presença do "Outro", do "diferente", do "não-português".

Os temas mais tratados pela imprensa e os seus protagonistas

A realidade do fluxo migratório no período em análise mostrou-nos a preponderância da imigração oriunda do leste da Europa, factor que se reflecte, como vimos, nos protagonistas das notícias mas também no cruzamento efectuado entre esta variável e as temáticas cobertas pela imprensa. Assim, os 'imigrantes de leste' e os 'imigrantes' são protagonistas da generalidade dos conteúdos, nomeadamente das questões associadas à imigração regular/irregular, aos avanços/dificuldades no processo de legalização, acolhimento, convivência, etc.

No entanto, existem algumas excepções. Os temas relacionados com os "Delitos" são encabeçados pelos imigrantes de leste, mas também pelos protagonistas de etnia cigana e imigrantes africanos. Os temas relacionados com o "Racismo e Xenofobia" são protagonizados pelos imigrantes africanos, imigrantes em geral e cidadãos de etnia cigana. Quando se noticiam as más condições de vida, a falta de habitação e o realojamento, bem como as dificuldades de convivência, fala-se em relação à comunidade cigana, sobretudo, mas também aos imigrantes de leste e africanos.

A informação veiculada pela imprensa escrita sobre os casos de acidentes no trabalho e de exploração relacionada com as máfias, reportam-se aos imigrantes de leste, mas também aos imigrantes africanos e aos oriundos do continente americano, como vimos, na sua maioria, brasileiros.

Do acima descrito, colocam-se duas questões. Por um lado, sendo o papel dos *media* determinante na formação da opinião pública e influenciando a agenda política, não lhes caberia a função de levantarem novas questões associadas à problemática da imigração e minorias étnicas, em vez do reforçar da estereotipização da diferença ? Por outro lado, deveria ou não existir uma deontologia jornalística no tratamento destas questões, no sentido de promover a integração ou de, pelo menos, não acentuar as diferenças entre “minorias” e “maiorias”?

Bibliografia

AA.VV, *Inmigración y Racismo, Analisis de radio, televisión y prensa española*, Fundación Iberoamérica Europa, Julho, Agosto, Setembro de 2002

AMÂNCIO, L., *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Porto Afrontamento, 1994

BARTHES, Roland, «L' écriture de l'événement», *Communications*, nº 12, Paris, EHESS, 1968.

BAUDRILLARD, Jean, *A sociedade de consumo*, Lisboa, Edições 70, 1975.

BERRIO, JORDI, “La democrazia d’opinione e l’autoreferenzialità dei media. Il punto di vista di Carlo Marletti”; in *Anàlisi* 26, 2001, p. 189-206

BOUREAU, Alain, «Propositions pour une histoire restreinte des mentalités», *Annales ESC*, Nov.-Déc. 1989, nº6, pp. 1491-1504.

CÁDIMA, F. Rui., *História e Crítica da Comunicação*, Edições Século XXI, Lisboa, 1996.

-, *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995 .

CASTRO, P., *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002

CUNHA, I. F.; Policarpo, V.;Monteiro, T. L. e Figueiras, R. (2002) Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português. Observatório- revista do obercom, 5, 27-38.

DURKHEIM, E., Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et Morale*, 6, 273-302, 1898.

FOUCAULT, Michel, *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969.

GAERTNER, S. L., e Dovidio, J. F., "The aversive form of racism", in J. F. Dovidio e S. L. Gaertner (eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism*. New York. Academic Press, 61-89, (1986).

GUILLAMIN, C., *Sexe, race et pratique du pouvoir*. Paris:Côté-Femmes,1992.

JODELET, D., Le representations sociales: Un domain en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les Représentations Sociales*. Paris, PUF, 1989.

KATZ, I., Wackenhut, J., e Hass, R. G., "Racial ambivalence, value duality, and behavior", in J. F. Dovidio e S. L. Gaertner (eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press, pp.35-59, 1986.

KINDER, D. R., e Sears, D. O., "Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life", in *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431,1981.

LYOTARD, Jean-François, *La condition post-modeme*, Paris, Ed. de Minuit,1979.

MACHADO, F.L., *Etnicidade em Portugal – aproximação ao caso português*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Lisboa: ISCTE, 1991.

MARKOVÁ, I., Amédée or how to get rid of it: Representations from a dialogic point of view. *Culture and Psychology*, 6, 419-460, 2000.

MOSCOVICI, S., *La psychanalyse: son image et son public*. Paris:PUF (2ªedição), 1ª Edição,1976.

MOSCOVICI, Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250, 1988.

MIEGE, Bernard, et altri, *Le JT. Mise-en-scène de l'actualité a la télévision*, Paris, La Documentation Française, 1986.

MORIN, Violette, "La séquence des actualités télévisées ou une rhétorique de l'ambiguité", *L'actualité in TV*, Torino, ERI, Edizione RAI, 1976.

MOTTET, Jean, "Le reportage - des images en situation", *Le JT - mise en scène de l'actualité a la télévision*, INA, La Documentation Française, Paris, 1986.

NIETO, María Pilar Diezhandino, "Debate: Inmigración y Comunicación. El derecho humano de toda persona a emigrar: una utopia", in Revista *Telos*, Enero-Marzo, nº54,
<http://www.campusred.net/telos/articulodebate.asp?idarticulo=1>

NORA, Pierre, "O regresso do acontecimento", *Fazer História/1*, Lisboa, Bertrand

- "O acontecimento e o historiador do presente", *A nova história*, Lisboa, Edições 70, 1983.

OLIVEIRA, J. M., *O Evangelho da Vida: representações sociais do aborto no discurso da Igreja Católica Romana*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. Lisboa, ISCTE, 2002.

PENA PIRES, Rui, "Mudanças na imigração. Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", in *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 39, 2002, p. 151

PELINSKI, Marike Finlay, « Pour une épistémologie de la communication: au-delà de la représentation et vers la pratique », *Communication/Information*, Vol. V nº 2/3 pp. 3-34, Université de Laval.

RICOEUR, Paul, *Temps et récit (I) - L'intrigue et le récit historique*, Paris, Seuil, 1983.

SFEZ, Lucien *Critique de la communication*, Seuil, Paris, 1990.

TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias, 'Estórias'*, Veja, Lisboa, 1993

TRAQUINA, Nelson, *O poder do jornalismo. Análise e Textos da teoria do agendamento*, Minerva, Coimbra, 2000.

VALA, J., Representações Sociais e a psicologia social do pensamento quotidiano. In J. Vala e M. B. Monteiro (Orgs.) *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (3ª Edição), 2000.

VALA, J.; Brito, R.; Lopes, D., *Expressões dos racismos em Portugal*, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, (1999).

VÉRON, Éliseo, *Construire l'événement. Les médias et l'accident de Three Mile Island*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1981.

VILLAVERDE CABRAL, Manuel (coord.), *Saúde e doença em Portugal*, ICS, Lisboa, 2002.

SANTOS, B. S., *Reinventar a democracia*, Lisboa, Gradiva, 1998.

SAINT-MAURICE, Ana, *Identidades Reconstruídas—cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta, 1997.

Índice de Quadros

Quadro 1 - Autorizações de Permanência e Residentes em Portugal em 31/012/2001

Quadro 2 – Registos noticiosos por tipo de publicação

Quadro 3 – Registos noticiosos por classificação do jornal

Quadro 4 – Registos noticiosos por periodicidade da publicação

Quadro 5 – Registos noticiosos por mês e ano de publicação

Quadro 6 – Distribuição dos registos noticiosos por trimestre

Quadro 7 – Distribuição dos registos noticiosos por género jornalístico

Quadro 8 - Distribuição do Género Jornalístico por Trimestre - Valores Globais

Quadro 9 – Dimensão do registo noticioso

Quadro 10 – Âmbito territorial da informação

Quadro 11 – Origem dos protagonistas dos registos noticiosos

Quadro 12 – Distribuição das fontes de informação (grandes grupos)

Quadro 13 – Cinco fontes de informação mais citadas

Quadro 14 – Distribuição das fontes de informação

Quadro 15 – Descritores temáticos associados à imigração e minorias étnicas

Quadro 16 – Descritores temáticos por Origem dos protagonistas

Quadro 17 – Descritores temáticos por Fonte de informação

Quadro 18 – Principais temas associados à imigração e minorias étnicas

ANEXOS